

Significações e ressignificações de um manuscrito sertanista: o Projecto de Abertura... por Luís Rodrigues Vilares

Anna Beatriz Corrêa Bortoletto*

Resumo

O presente trabalho pretende verificar como uma instrução particular preparada por um comerciante reinol e seus associados, atuantes nas regiões do Mato Grosso e de Cuiabá, circulou pela colônia brasileira no século XVIII até chegar ao local de sua atual guarda. Através da análise de seu conteúdo, da vida de seu principal autor, da materialidade e das leituras feitas pelos atores que tiveram contato com o documento ao longo de sua trajetória, veremos os processos de construção de conhecimento, de significação e de ressignificações proporcionados pela própria circulação, seguindo os conceitos propostos por Kapil Raj e Roger Chartier para esta palavra.

Palavras-chave

Tratado de Madrid; circulação de manuscritos; materialidade e cultura escrita; sertão mato-grossense.

Abstract

The following work has the objective of verifying how a particular instruction manual prepared by a Portuguese tradesman and his associates, who acted around the region of Mato Grosso and Cuiaba, went around the Brazilian colony in the 18th century, until finally reaching its current guarding place. Through the analysis of its contents, the life of its author, its materiality and readings made by the actors who were exposed to the document along its trajectory, we will notice the processes of construction of knowledge, determining, and re-determining of meaning caused by circulation itself, following the concepts proposed by Kapil Raj and Roger Chartier for such term.

Keywords

Manuscript circulation; materiality and written culture; Sertão of Mato Grosso

* Graduada em História pela Universidade de São Paulo, bolsista PIBIC-CNPQ. O presente artigo é um desdobramento da pesquisa em andamento O comércio e a configuração do território americano nos setecentos: a trajetória de Luís Rodrigues Vilares. Contato: anna.bortoletto@usp.br

Introdução

O sertão mato-grossense do século XVIII era uma área de intensa disputa, conseqüentemente, um local de intenso fluxo: por lá passavam homens e mercadorias; eram elaborados projetos e ideias; colocavam-se em prática diferentes estratégias, fossem elas de comércio, exploração ou de defesa dos domínios terrestres e fluviais. No conceito formulado por Kapil Raj, trata-se de um local de circulação, um espaço delimitado, independentemente de seu tamanho, onde o encontro de práticas, técnicas e conhecimentos de diferentes culturas se movimentam, passando por um processo de negociação. O resultado desses encontros gera não a sobreposição de uma sabedoria sobre a outra – ou uma relação de hierarquia centro-periferia –, mas a formulação de um novo tipo de conhecimento¹.

No presente trabalho, estudaremos o caso do documento *Projecto de abertura do caminho de Terra ou Varadouro desde o rio Jauru athe o rio Guapore na capitania do Cuyaba por Luis Roiz Vilares em MDCCXLIII*², um exemplo desse conhecimento produzido nas regiões mineradoras do Cuiabá e Mato Grosso. Trata-se de um documento assinado por treze sertanistas e comerciantes, alguns dos quais atuavam nos sertões paulistas desde pelo menos o início da década de 1720. Ao longo de 15 pontos, os signatários descrevem os esforços que faziam na região de nascente dos rios Jauru e Guaporé, afluentes dos rios Paraguai e Madeira respectivamente, a fim de facilitar a ligação entre as bacias do Paraguai e Amazonas. Veremos que tal empreitada tinha, entre outros objetivos, estabelecer novas rotas comerciais para dentro e para fora da América portuguesa. Trata-se da mesma região em que, poucos anos mais tarde, a primeira expedição de demarcação do Tratado de Madri colocou uma pedra divisora de limites entre as duas Américas ibéricas. Através da análise das condições nas quais o *Projecto de abertura...* foi confeccionado, dos atores envolvidos em sua confecção e circulação, do seu conteúdo e de sua trajetória, até sua chegada ao local de atual guarda, veremos a indissociabilidade da história do livro (no presente caso, do códice no qual o documento se encontra) com a de seus leitores e das interpretações nascidas de cada leitura feita, conforme o conceito chartiniano de circulação³.

Seguindo as teorias elaboradas por Roger Chartier e Kapil Raj, verificaremos como a escrita do *Projecto de abertura...* se adequou à organização do Império português, cuja comunicação era feita através da escrita; seus usos por essa mesma administração colonial,

¹ Verificar do autor: RAJ, Kapil. Além do Pós-colonialismo... e Pós-positivismo: circulação e a história global da ciência *In Revista Maracanã* n. 13, Dezembro 2015, pp. 164-175; Go-Betweens, travelers, and cultural translators *In* LIGHTMAN, Bernard (ed.). *A Companion to the history of science*. Oxford: Wiley Blackwell, 2016. pp. 39-57; Thinking without the scientific revolution: global interactions and the construction of knowledge *In Journal of Early Modern History*. 21(5), December 2017, pp. 1-14; Circulation and Locality in Early Modern Science *In The British Journal for the History of Science*, Vol. 43, N° 4 (2010). pp. 1-5

² *Projecto de abertura do caminho de Terra ou Varadouro desde o rio Jauru athe o rio Guapore na capitania do Cuyaba por Luis Roiz Vilares em MDCCXLIII*. São Paulo, Biblioteca Mario de Andrade, Coleção de Obras Raras e Especiais, Mss. 43a.

³ Verificar do autor, entre outras obras: CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. São Paulo: Editora Unesp, 2014; *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. São Paulo: Editora Unesp, 1999; *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

como documento de reconhecimento dos territórios expandidos do oeste da colônia; e seu significado enquanto texto e objeto para seus detentores, desde o século XVIII até a primeira metade do século XX. Analisaremos como as diferentes situações em que ele foi lido e como os diferentes agentes que participaram de sua confecção, e posterior edição, resultaram em ressignificações do conteúdo do manuscrito e do seu valor. Cabe, por último, ressaltar que o documento objeto deste estudo já foi abordado por outros autores, como Thereza Presotti,⁴ e aparece nas anotações de pesquisa de Sérgio Buarque de Holanda⁵, mas não com o viés que abordaremos aqui.

O sertão paulista e a expansão para o oeste

Foi em 1719 que se deram as descobertas das minas de Cuiabá, por Paschoal Moreira Cabral. A busca por ouro levou diversos habitantes, principalmente oriundos da Capitania de São Paulo, ao sertão desconhecido em busca de ouro e outros metais preciosos. Essa nova possibilidade de enriquecimento impulsionou o movimento de dilatação das fronteiras para o oeste, possibilitando aos portugueses a ocupação de uma enorme porção de terra que, sabidamente, ultrapassava os limites acordados com o Rei Católico pelo Tratado de Tordesilhas, então em vigor⁶. A Coroa portuguesa se utilizou de diversos métodos para garantir a ocupação de tal área. Na primeira metade do século XVIII, o Conselho Ultramarino recomendou que se fizesse ocupação de novas regiões pela fundação de vilas. Posteriormente, devido inclusive à pressão de comerciantes, foram construídos fortes ao longo dos rios que atravessavam a Capitania do Mato Grosso, fundada em 1748⁷.

⁴ PRESOTTI, T. M. B. *Nas trilhas das águas. Índios e Natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: Sertões e Minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, 2008. pp. 102-104

⁵ *Anotações do relato "Projeto da abertura do caminho de terra, ou varadouro, tirado desde o Rio Jauru até o Rio Guaporé na Capitania do Cuiabá" de Luis Rodrigues Vilares, referindo-se as dificuldades encontradas no sertão, dentre os que assinaram o documento, encontrava-se o Capitão João de Sousa de Azevedo. Cuiabá, 23 fev. 1743. s.ref. 7p. Campinas: Siarq, Unicamp. (cm/SBH) Pi 400/18:83 P28*

⁶ Sobre a expansão para o oeste, não podemos deixar de mencionar a obra de Sergio Buarque de Holanda como maior referência no assunto, principalmente HOLANDA, S. B de. *Monções e Capítulos de Expansão Paulista*; organização de Laura de Mello e André Sekkel Cerqueira. 4^a ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2014; e *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

⁷ Para as estratégias de ocupação do território fronteiriço mato-grossense na primeira metade do século XVIII cf. OLIVEIRA, Tiago Kramer de. O capital mercantil no centro da América do Sul e as fronteiras do comércio na América colonial (primeira metade do século XVIII). *In Revista de Índias*, vol. LXXV, n. 265, pp. 681-710, 2015; e FERREIRA, Mario Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no Século XVIII: notas de uma investigação. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005; _____. O conhecimento da área de fronteira entre Mato Grosso e a América Espanhola no século XVIII: a procura de informações geográficas e cartográficas por portugueses e castelhanos. In OLIVEIRA, Francisco Roque de; Mendoza Vargas, Héctor. *Mapas de metade do mundo: a cartografia e a construção territorial dos espaços americanos, séculos XVI a XIX*. Lisboa: Universidade de Lisboa; Cidade do México: Universidade Autónoma do México, 2010, p. 267-297. Para a segunda metade cf. CHAVES, Otávio R. *Política de povoamento e a constituição da fronteira oeste do império português: a Capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII*. Tese (Doutorado em História), PPGH, UFPR, Curitiba, 2008; e CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. Com despesas próprias a bem do Real Serviço: funcionários, colonos e a defesa da fronteira no extremo oeste da América portuguesa, c. 1750-1800. *In História (São Paulo)*, v.33, n.1, p. 171-194, jan./jun. 2014.

Não era somente da exploração de metais preciosos que viviam os homens do sertão mato-grossense. O comércio foi a fonte de rendimento de muitos portugueses, principalmente reinóis. As descobertas e fixações no interior paulista proporcionavam a expansão das redes comerciais baseadas em outras cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro⁸. Uma expressão desse movimento eram as monções, que tinham como objetivo abastecer as novas áreas mineradoras. O negócio era propiciamente lucrativo em razão dos preços exorbitantes cobrados pelas fazendas secas e molhadas (visto às dificuldades do transporte e de produção e dos pagamentos recebidos, na maioria das vezes, em ouro em pó).

Os perigos que os trajetos das monções apresentavam eram os mais diversos, mesmo assim todos os anos partiam de Araritaguaba (atual Porto Feliz) rumo às minas de Cuiabá e Mato Grosso dezenas de embarcações com vasta variedade de produtos. Enfrentando mais de cinco meses de viagem através de vias fluviais tortuosas, repletas de cachoeiras, rios de correntezas quase indomáveis e de indígenas hostis aos europeus – como os Paiaguás, que chegaram a acabar com algumas expedições, deixando muitos portugueses e paulistas mortos⁹ – as minas eram abastecidas pela iniciativa desses homens de negócios que buscavam novas oportunidades de ampliar seu trato comercial.

Alguns desses comerciantes tentaram também, a partir do final da década de 1730, estabelecer uma rota de contrabando entre Mato Grosso e Cuiabá com as missões espanholas de Moxos e Chiquitos. As duas Coroas ibéricas, seus colonos, os missionários e os indígenas intensificam, com a ocupação pelos portugueses do oeste paulista, suas relações sociais, comerciais e bélicas. Tais relações acabam por alterar inclusive o próprio conceito de fronteira.¹⁰ Não se trata mais apenas de um local de separação de domínios, mas de um espaço de trocas, fossem elas mercantis ou culturais. Não somente a (re)configuração do território deve ser pensada para o conceito, mas a própria reconfiguração do conhecimento produzido naquela região de tensões.

Era através das monções que se dava também a comunicação entre o sertão e as demais capitanias da colônia, além da comunicação oficial entre os administradores coloniais e a metrópole lusa. Foram esses caminhos – muitos deles descobertos, controlados e utilizados por esses sertanistas e comerciantes – que permitiram à Coroa e ao Conselho Ultramarino conhecer e atuar nessa nova área, implementando ali o que já era feito em grande parte da

⁸ Sobre o perfil dos comerciantes reinóis, consultar SCOTT, A.; BERUTE, G. S.; e SCOTT, D. Negócios em Família. Migração, comerciantes portugueses e suas redes (Porto Alegre / Rio Grande de São Pedro, séculos XVIII e XIX). *In Acervo*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 105-120. jan./jun. 2017. Para as redes de comércio formadas em São Paulo e que se expandiram, verificar BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *A teia mercantil: negócios e poderes em São Paulo colonial (1711-1765)*. São Paulo: Alameda; Fapesp, 2010.

⁹ Não abordaremos diretamente no presente trabalho a conflituosa relação entre os europeus e os diferentes grupos indígenas que habitavam o interior do continente americano, mas recomendamos, sobre o assunto, o trabalho já mencionado de PRESOTTI, Thereza, *op. Cit.*; e a tese de doutoramento de CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. *Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos impérios ibéricos nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)*. 2012. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012

¹⁰ Cf. ANZAI, Leny Caselli. Missões de Chiquitos e Moxos e a capitania de Mato Grosso. *In Revista Lusófona de Ciência das Religiões*. Ano VII. n. 13/14. pp. 253-262, 2008.

colônia americana, que era preservar a “memória no papel – do governo, da economia, das sociabilidades e da cultura – dos mais de três séculos de duração do império. Uma memória que também foi seletiva, já que as políticas de memória se estruturaram em meio às ausências e às presenças”¹¹.

O autor do *Projecto de abertura...*

Luís Rodrigues Vilares era um desses comerciantes reinóis que atuavam na rota das monções e nas regiões mineiras. Ele nasceu em São Mamede de Ferreira, lugar de Villares, concelho de Coura, no Arcebispado de Braga. Casou-se, em São Paulo, com Angela Vieira, filha do também mercador reinol Manuel Veloso¹², com quem teve dois filhos. Já em 1722 atuava nos chamados sertões paulistas criando gado na região de Curitiba. Apesar de ter iniciado sua trajetória na colônia em São Paulo, é nas minas de Cuiabá e Mato Grosso que Vilares se destacará e onde atuará a maior parte de sua vida como comerciante moçoeiro, contrabandista com a América espanhola e explorador sertanista.

A primeira vez que o nome de Luis Rodrigues aparece de maneira a chamar a atenção na documentação existente para a região é em 1727, quando, em sociedade com o sogro e o concunhado Gregório de Castro, consegue a sesmaria de Camapuã¹³. Este importante sítio ficava no caminho da rota das monções, ligando as bacias do Paraná e Paraguai através de um varadouro. Era um local onde se passavam por terra as canoas de um rio para o outro, às vezes em carros puxados por bois, mas, na maior parte das vezes, nas costas dos escravos. Além de encurtar o tempo de viagem das monções (que chegavam a durar entre 5 e 7 meses desde sua partida em Ararituaba até o destino final em Cuiabá), aquele ponto era essencial para o reabastecimento das tropas. Tratava-se de um local garantido onde os navegantes podiam descansar da jornada e reabastecer as tropas com os produtos cultivados localmente. Ali encontravam feijão, milho, toucinho e carne de boi.

Após sua instalação em Camapuã, ficamos algum período sem conseguir rastrear os passos de Luis Rodrigues Vilares, sabendo apenas que em 1734 ele faz parte do corpo de membros do Senado da Câmara da Comarca de Cuiabá¹⁴. Dois anos depois disso, uma

¹¹ CONCEIÇÃO, Adriana Angelita da. Estudos e edição da “Relação da Marcha que fiz para o cuyeté (...)” escrita pelo governador da Capitania de Minas Gerais, D. Antonio de Noronha, em 1779. In *Revista de História* (São Paulo). n. 176, s.p. 2017, p. 5

¹² BORREGO, Maria Aparecida de Menezes. *Op. Cit.* p. 253

¹³ Para compreender a importância e o funcionamento do Varadouro de Camapuã, consultar ESSELIN, P. M. A fazenda Camapuã. *Cadernos Lepaarq.* Vol. XIII, n. 26, 2016; OLIVEIRA, T. K de. Roças, fazendas, engenhos, currais: uma cartografia da ruralidade colonial nas minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII). *Revista de História* (São Paulo), n. 173, jul./dez., 2015, p. 211-251; e VIDAL, L. A gênese dos pousos no Brasil moderno: considerações sobre as formas (urbanas) nascidas da espera. *Tempo*. Niterói, v. 22, n. 40, 2016. pp. 400-419.

¹⁴ AHU_CU_023-01, Cx. 11, D. 1097. *Representação do Senado da Câmara da Vila Real (do Senhor Bom Jesus de Cuiabá), dando conta a (D. João V) do prejuízo resultante da diminuição dos salários em virtude de, conforme viram por carta do ouvidor-geral (das minas do Cuiabá), José de Burgos Vilalobos, o referido monarca não ter aprovado o regimento dos salários, feito quando da criação desta Ouvidoria, e ter ordenado que se seguissem pelo regimento dos salários dos oficiais de justiça de São Paulo.* Vila Real (do Senhor Bom Jesus do Cuiabá), 1734 Setembro 6.

expedição encaminhada por ele para a Chapada dos Parecis, localizada nas proximidades do rio Guaporé, encontra ouro na região e funda ali o Arraial de São Francisco Xavier. Era uma região onde os exploradores “toparam com matos virgens de arvoredos muito elevado e corpulento, que entrando a penetral-o, o foram appellidando Mato-Grosso: e este é o nome, que ainda hoje conserva toda aquelle districto”¹⁵. Apesar do clima hostil predominante no local onde se levantou o arraial, segundo a visão dos colonizadores, foi ali que se começou a povoação da região mineira de Mato Grosso. Essas novas minas permitiram o surgimento de uma outra rota comercial, ligando as minas do Cuiabá às recém-descobertas.

José Gonçalves da Fonseca, secretário do Governo do estado do Maranhão, que explorou o rio Madeira após a descoberta da navegação por práticos locais¹⁶, menciona em sua *Notícia da situação do Mato-grosso e Cuyabá*¹⁷ que o nome do arraial foi escolhido por Vilares enquanto este lia a vida do apóstolo deste nome, o qual escolheu homenagear. O comerciante era um homem letrado que lia não somente livros eclesiásticos, mas como veremos adiante, também teve contato com livros sobre a história da colônia em que vivia. Vilares fez uso desta sua habilidade para conquistar seus objetivos pessoais.

Um terceiro momento em que a trajetória de Vilares se destaca nas minas do sertão oeste é em 1740. Associado com outros comerciantes e habitantes da Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, encaminha ao rei D. João V, por intermédio do Ouvidor Geral das Minas do Cuiabá, João Gonçalves Pereira, três petições com pedidos distintos, mas não isolados¹⁸ – o que demonstra uma hábil capacidade de articular homens em seu favor. O motivo principal dos pedidos era a construção de feitoria no rio Paraguai, para facilitar comércio com a América espanhola, que lhes é negado. A influência de Luis Vilares sobre as redes comerciais e sociais de Cuiabá e Mato grosso é reafirmada em 1745, quando novamente reúne diversos homens – alguns diferentes dos assinantes das petições de 1740 – para assinar o *Projecto de abertura...*, o que pode indicar sua participação em mais de uma rede mercantil.¹⁹

¹⁵ FONSECA, José Gonçalves da. *Notícia da situação de Mato-Grosso e Cuyabá: estado de umas e outras minas e novos descobrimentos de ouro e diamantes*. In *RIHGB*. Tomo XXIX - Parte Primeira n. 29(31). p. 352-390. 1866. p. 354

¹⁶ ALMEIDA, André Ferrant de. *A viagem de José Gonçalves da Fonseca e a cartografia do rio Madeira (1749-1752)*. In *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Ser. v. 17 n.2 p. 215-235. jul./dez. 2009. p. 216

¹⁷ FONSECA, José Gonçalves da. *Op. Cit.* p. 354

¹⁸ Referimos aqui aos seguintes documentos: AHU_CU_010, Cx. 3, D. 139. *CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos moradores da Vila de Cuiabá do estabelecimento de uma igreja da Misericórdia que sirva também de hospital e que lhe seja atribuído parte dos dízimos da comarca e pede ainda o envio de missionários*. Anexo: 2 representações e consulta. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá; AHU_CU_010, Cx. 3, D. 140. *CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre a pretensão dos comerciantes da Vila de Cuiabá de estabelecerem feitorias nas margens do rio Paraguai Grande e abrir comércio com os castelhanos do reino do Peru e Província do Paraguai*. Anexo: 4 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá; e AHU_CU_010, Cx. 3, D. 141. *CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos comerciantes da Vila de Cuiabá relativo aos direitos das entradas das cargas*. Anexo: 3 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá.

¹⁹ Apesar do frontispício e das páginas iniciais do documento constar a data de 1743, é impossível que o *Projecto de abertura...* tenha sido finalizado antes de 1745, visto que ao longo dos 15 pontos apontados por Luis Rodrigues Vilares, descritos por informações recebidas via correspondência escrita por seus colegas, o ano mencionado para a coleta de grande parte das mensagens é de 1744.

O *Projecto* e as intenções de Luis Rodrigues

Trata-se, pois, de uma empreitada feita por “comerciantes e Certanistas”²⁰ que atendiam na região de Cuiabá e Mato Grosso. Fundamentados nas obras do Padre Simão de Vasconcelos e do fundador da Academia dos Esquecidos, Sebastião Rocha Pitta²¹, trabalhavam para encontrar o local no centro da Colônia portuguesa onde “tomadas aos hombros as Canoas em entrevalo de terra se põem em Rio que navegandoo água abaixo nas taes Canoas se entra no mayor das Amazonas”. Diversos homens – incluindo o sobrinho de Vilares, Manuel Ferreira da Fonseca, e João de Souza de Azevedo, particular que já explorava aquela região e que mais tarde chegaria ao Grão-Pará pelo rio Tapajós, realizando mais uma ligação Mato Grosso-Amazonas²² – concentravam seus esforços em desbravar e mapear a região de ligação entre as bacias do Paraguai e Amazonas, a fim de encontrar ali o local em que haveria a “menor distancia de terra em meyo dos dous Rios Jauru, e Guapore ou de ribeiros permanentes até agora incógnitos” e construir no dito local um varadouro, seguindo o modelo da existente e até então bem sucedida Fazenda de Camapuã. A construção do dito varadouro facilitaria a abertura de uma rota comercial entre o sertão mato-grossense e a região do Amazonas (porto do Grão-Pará), que seria controlada pelos signatários do documento.

Vilares fala no início deste projeto sobre a “lagoa xaraez ou dourados”. O Padre Simão de Vasconcellos, em sua *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil* (obra esta “impressa nalma” de Vilares) diz tratar-se da região onde, alegavam os índios do sertão, “davam-se as mãos estes dois rios [Amazonas e Rio da Prata]”, abarcando e torneando todo o sertão da América portuguesa²³. Percebe-se que o mito da ilha-Brasil²⁴ ainda se fazia presente no imaginário dos sertanistas dos setecentos. Em um período em que as fronteiras terrestres da América estavam indefinidas, acreditar na existência de uma delimitação fluvial do território brasileiro significava buscar a segurança dos domínios portugueses. Para garantir seu direito à exploração dessa área de importância econômica e política, por acreditarem que se tratava do local onde se concentrava a ligação dos rios que formariam a mitológica ilha, os signatários do *Projecto de abertura...* se apropriaram e ressignificaram essa narrativa científico-filosófica²⁵.

²⁰ Quando não indicado o contrário, as citações diretas a partir daqui feitas referem-se ao *Projecto de abertura... op. cit.*

²¹ Tratam-se das obras VASCONCELLOS, Simão de. *Notícias curiosas e necessárias das cousas do Brasil*. (Introdução de Luis Antonio de Oliveira Ramos). Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, editado originalmente em 1663 e publicado após passar por processo de censura na Corte, em 1668; e PITTA, Sebastião Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte: Itatiaia São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976., editado originalmente em 1727 e publicado em 1730.

²² FERREIRA, Mario Clemente. Colonos e Estado na revelação do espaço e na formação territorial de Mato Grosso no Século XVIII: notas de uma investigação. *Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. Lisboa, 2005.; e FONSECA, João Gonçalves da. *Op. Cit.* pp. 370-371

²³ VASCONCELLOS, Simão de. *Op. Cit.* p. 53

²⁴ Para maior entendimento sobre o mito da Ilha Brasil, seus usos e sua persistência no mundo colonial brasileiro, consultar KANTOR, Iris. Usos diplomáticos da ilha-Brasil: polêmicas cartográficas e historiográficas *In Varia História*, Belo Horizonte, v. 23, n. 37. p. 70-80. jan./jul. 2007.

²⁵ DOMINGUES, Beatriz H. A Filosofia e Ciência Modernas nos escritos do Padre Simão de Vasconcelos *In Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*. Juiz de Fora, v. 2, n.2, 1999, p. 105-139

Sobre o uso da *História da América Portuguesa*, de Rocha Pita, não temos como avaliar através do *Projecto...* o quanto seu conteúdo influenciou aquele grupo de homens, pois que é citado apenas ao final do documento, corroborando as informações extraídas da obra de Simão de Vasconcellos. Entretanto, nos chama a atenção o fato de que em 1745, em meio a uma área de difícil acesso como eram os sertões paulistas, onde o abastecimento de produtos básicos, como mantimentos e remédios era inconstante, uma obra publicada em tão curto período de tempo já circulasse entre os letrados que ali habitavam.

O *Projecto de abertura...* é uma instrução que Luis Rodrigues provavelmente deu a seu sobrinho (não há destinatário explícito no documento), juntamente de seus associados, sobre as dificuldades e os desafios que seus homens haviam encontrado na região de nascente dos rios Jauru e Guaporé. Elencam em quinze pontos o trabalho e os descobrimentos que vinham fazendo na região, abordando os empecilhos e apontando os motivos pelos quais devem superá-los. Para além da argumentação pela busca da lendária ligação fluvial no sertão brasileiro, as justificativas apresentadas para o andamento do *Projecto de abertura...* variam desde a comum justificativa da redução da população indígena à Igreja e à vassalagem do rei, passando pela proteção do território português numa época de conflitos e de indefinição das fronteiras entre ambos os domínios ibéricos. Mas o ponto crucial para aqueles homens era o encurtamento da distância entre as minas do Mato Grosso e a Vila do Cuiabá, que diminuiria “os prejuízos das referidas despezas [de transporte por terra] sendo os Comerciantes previstissimos em procurarem meynos de evitalos reconhecendo, que o mais próprio, e adequado a todo o comodo he só a da navegação”.

João Gonçalves da Fonseca entende que Luis Rodrigues Vilares e João de Sousa de Azevedo estavam na verdade em conluio para

investigar por diverso caminho ao ordinario as cabeceiras do Paraguay, aonde já corria a fama, que havia diamantes: e involto nos pensamento d'estes interesses, se foi estabelecer entre as cabeceiras do rio Jahurû e Aporê,[Guaporé] cautelando com a empreza de querer facilitar um varadouro de canoas de um para outro rio²⁶

Esta conjectura não pode ser descartada, visto que mais tarde, de fato, encontrou-se diamantes na área e se proibiu qualquer tipo de batida no local, pois a extração dessa pedra era de exclusividade da Coroa. Mas acreditamos essencialmente que a exploração daquela área pelos comerciantes se dava com a função de facilitar o transporte de mercadorias entre as duas principais regiões daquele interior ligando-as ao rio Amazonas, uma potencial rota de comércio conectando a região ao porto do Grão-Pará. Além disso, ter o acesso facilitado ao rio Guaporé, via varadouro controlado pelos signatários, poderia auxiliar no contrabando que Luis Rodrigues fazia com as missões castelhanas, que eram presentes em ambas as margens daquele importante rio.

²⁶ FONSECA, José Gonçalves da. *Op. Cit.* p. 369

Desde 1739 há registros de que Vilares tentava negociar produtos com os indígenas e padres das missões jesuíticas espanholas²⁷. Como vimos, em 1740, ele pede formalmente ao rei a liberação desse comércio, a ser realizado nos moldes da Colônia de Sacramento²⁸. Em 1746 é expulso de Cuiabá e obrigado a retornar a São Paulo por insistir no negócio, mesmo após diversas ordens da Coroa portuguesa proibindo o contato entre portugueses e espanhóis, por manter o comércio de contrabando com os aldeamentos.²⁹

Ressaltamos ainda que, numa colônia administrada por intermédio da cultura escrita, que permitia vencer as longas distâncias oceânicas entre o rei e seus representantes nos domínios portugueses, o ato de escrever sobre aquela empreitada dava àqueles sertanistas certo poderio sobre a região e também à Coroa, que poderia alegar a presença portuguesa na região e demandá-la enquanto domínio português. João de Souza de Azevedo foi designado por Luis Rodrigues como responsável por mapear a localidade do *Projecto de abertura...*, substituindo um possível rascunho de mapa que ia junto à instrução por um mais preciso e inteligível. Sobre a construção do varadouro, não sabemos se de fato foi iniciado por esse grupo de homens, mas há registro de que em 1773 ocorria naquela região a adequação do local para a realização de variação de canoas³⁰.

Trajatória e Materialidade

O *Projecto de abertura...* encontra-se atualmente na Seção de Obras Raras da Biblioteca Mario de Andrade, em São Paulo. Foi adquirido pelo senador bibliófilo Felix Pacheco,

²⁷ Em 1739 Luis Rodrigues Vilares organiza uma bandeira em direção ao Paraguai com a finalidade de averiguar as distâncias entre as Índias de Castela e a região do Mato Grosso, conforme pode ser visto em AHU_CU_010, Cx. 3, D. 142 *CONSULTA do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a saída de uma bandeira para a parte do Paraguai e do encontro com uma aldeia do gentio Aravirá, que tinha em sua posse ferramentas dadas pelos castelhanos*. 1740, Novembro, 10, Lisboa e AHU_CU_010, Cx. 3, D. 146. *CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre as entradas nas terras de Castela*. 1740, Dezembro, 4, Vila de Cuiabá. No ano de 1740, envia aos padres jesuítas das missões espanholas uma carta a fim de abrir comércio com os aldeamentos castelhanos. AGI CHARCAS 425 *Copia de La carta de Luys Roys Vilares escrita en Cuiabá en 22 de junio deste año de 1740 a los P.s miconeiros de Chiquitos solicitando La yntroducuion de su comercio por estas partes en Perú*.

²⁸ AHU_CU_010, Cx. 3, D. 140. *CARTA do ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre a pretensão dos comerciantes da Vila de Cuiabá de estabelecerem feitorias nas margens do rio Paraguai Grande e abrir comércio com os castelhanos do reino do Peru e Província do Paraguai*. Anexo: 4 doc. 1740, Setembro, 20, Vila de Cuiabá

²⁹ AHU_CU_023-01, Cx. 16, D. 1599. *CARTA do (governador e capitão-general da capitania de São Paulo), D. Luís Mascarenhas a (D. João V), pedindo que ordene ao ouvidor da comarca do Cuiabá (Manuel Antunes Nogueira) que remeta para o povoado Luís Rodrigues de Vilares porque pretendia meter fazendas nos domínios de Castela, encobrendo a sua intenção com o pretexto de caridade em acudir ao próximo; e João Oliveira Cardoso que cobrou no Rio de Janeiro e fugiu para o Cuiabá e é um "revoltoso". Anexo: 2 cartas. 1746, Junho, 03, Vila e praça de Santos; e *Ordem Régia ao Governador Capitão General da Capitania de São Paulo, por intermédio de Thomé Joaquim da Costa Corte Real e Antonio Freire de Andrade Henriques, Conselheiros do Conselho Ultramarino respondendo e apoiando a carta na qual o governador informou a expulsão de Cuiabá, de Luiz Roiz Vilares e João de Oliveira, que inquietavam as minas e favoreciam contatos com os castelhanos*. Lisboa, 25 abr.1747. 2p. (cm/SBH) Pi 482/22:221 P30*

³⁰ AHU_ACL_CU_010, Cx. 17, D. 1045. *OFÍCIO do [governador e capitão general da capitania de Mato Grosso] Luis de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a dificuldade de execução do varadouro das canoas sobre o istmo que medeia entre as fontes dos pequenos rios Alegre e Aguapei*. 1773, Julho, 27, Vila Bela.

provavelmente em 1926, após ser colocado à venda em Londres, pela Maggs Bros³¹ ao valor de 250 libras (valor exorbitante se comparado ao que foi pago no Códice Costa Matoso: 31 libras e 10 *shillings*³²). Foi comprado pelo então prefeito de São Paulo, Fábio Prado, em 1935, após a morte de Pacheco, com o objetivo de aumentar a coleção da Biblioteca Municipal, onde permanece. Está encadernado em um códice que pertenceu ao quinto Morgado de Mateus, D. José Maria de Souza. Trata-se do filho e herdeiro do morgadio que foi de D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, governador responsável por implementar os ideais ilustrados na Capitania de São Paulo de 1765 à 1775, no seu período de restauração, sob as instruções do Marquês de Pombal³³.

O documento nos chamou a atenção por estar presente em um códice com diversos outros escritos – incluindo mapas profissionais –, a maioria de autoria do engenheiro militar José Custódio de Sá e Faria. Sá e Faria foi participante da Primeira Expedição Científico-Demarcatória do Tratado de 1750 entre Portugal e Espanha, sobre os limites territoriais de ambas as Coroas na América³⁴. Dentro do códice, apenas o *Projecto de abertura...* e o *Roteiro de Viamão* não são de autoria do Brigadeiro, sendo o último de autor até agora desconhecido e o primeiro escrito por Luis Rodrigues Vilares, como vimos aqui. A primeira pergunta que nos veio à mente foi o que aquele documento de um prático monçoeiro fazia junto a desenhos e cartas de um engenheiro profissional a serviço da Coroa portuguesa.

Ora, é sabido que estes sertanistas contribuíam com a Coroa direta e indiretamente para o conhecimento do território da América portuguesa³⁵, o que tornaria normal o uso de um relato para auxiliar na confecção de mapas. Entretanto, como vimos, o *Projecto de abertura...* era um documento particular, *a priori*, de circulação restrita à rede de signatários e não deveria ter

³¹ MAGGS BROS. *Bibliotheca americana et philippina*. v. 5, n. 479. Londres: Maggs Bros, 1926. Segundo o próprio Félix Pacheco, o mercado de manuscritos acerca das colônias americanas era disputadíssimo, o que justificava seu alto valor e não permitisse que os manuscritos, fossem eles originais ou cópias ficassem disponível por muito tempo no mercado, motivo pelo qual acreditamos que tão logo tenha sido disponibilizado no Catálogo em questão, foi adquirido. Cf. PACHECO, Felix. O valor imenso da *Bibliotheca Brasiliense* do Dr. J. Carlos Rodrigues (Coleção Beneticto Ottoni da *Bibliotheca Nacional*), posto em relevo pelos últimos catálogos de venda na Europa. Artigo publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 28 de setembro de 1930. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin. Disponível em: <" <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/7096>>. Acesso em 24 de agosto de 2018.

³² Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis*. (Coordenação geral Luciano Raposo de Almeida Figueiredo e Maria Verônica Campos, estudo crítico Luciano Raposo de Almeida Figueiredo) Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. vol. 1. p. 41

³³ Sobre a atuação do Governador de São Paulo, verificar BELLOTTO, Heloísa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Mateus em São Paulo (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007. Sobre a questão da ilustração na colônia brasileira durante seu governo, verificar LEME, Marisa Saenz. Vivências culturais paulistas da Ilustração Luso-brasileira. In *História (São Paulo)*. 2012, vol.31, n.1, pp.233-265; e DERNTL, Maria Fernanda. Práticas urbanísticas e produção de saberes sobre o território na capitania de São Paulo restaurada. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011

³⁴ BUENO, Beatriz P. Siqueira. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. *Anais do Museu Paulo*. São Paulo, v.17, n.2, p.111-153, jul./dez. 2009

³⁵ A respeito do papel dos sertanistas e comerciantes como informantes da Coroa portuguesa, verificar CARVALHO, Francimar Alex Lopes de. Com despesas próprias a bem do Real Serviço... *Op. Cit.*; FERREIRA, Mario Clemente. O conhecimento da área de fronteira entre Mato Grosso e a América Espanhola no século XVIII. *Op. Cit.*; e OLIVEIRA, Tiago Kramer de. Por uma cartografia da conquista: espacializações portuguesas no centro da América do Sul (1718-1752). *Anais do I simpósio brasileiro de cartografia história*. Paraty, 2011.

exercido esse papel, pois tinha fins específicos em benefício de seus articuladores. A probabilidade de ter passado por mãos de administradores reais deveria ter sido pequena. E assim foi assim, acreditamos, pelo menos até a morte de Luis Rodrigues, que se deu em janeiro de 1769³⁶. É a partir desse momento que reputamos sua chegada às mãos do Morgado de Mateus que governou São Paulo.

Não são muitos os vestígios que encontramos sobre esse período da trajetória, mas sabemos da existência de uma carta datada de 13 de março de 1769, ou seja, logo após o falecimento de Vilares, de autoria do Juiz de fora de Cuiabá, João Batista Duarte, que diz ter em sua posse “todos os papeis de Luis Roiz Villares”³⁷. Mais uma vez nos deparamos com um documento sem destinatário conhecido. Não podemos afirmar que o *Projecto...* estava de fato entre esses papeis, mas é uma possibilidade na qual estamos trabalhando. Visto que do *Projecto de abertura...* foram feitas “deste mesmo theor duas, huma pa. sua guia, e outra para meu governo”, levantamos também outra hipótese, de que a via que circulou não foi a que ficou com Vilares, mas a que seus associados levaram *in loco* e que deve ter chegado ao poder de João de Souza de Azevedo com o pedido de que este obrasse “substituir o bronco de minha direção, com a experimental actividade da sua, dispondo q os ditos na certificação da arrumação, quanto puderem se governem pela dos Ryos Lançados na folha de papel junta o presente”, desenhando um mapa que colocasse de forma mais inteligível as informações presentes nos 15 pontos apresentados por Vilares.

A partir daí perdemos o rastro do documento, mas acreditamos que D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão e José Custódio de Sá e Faria (ambos trabalharam juntos em São Paulo) tiveram contato com o manuscrito e o copiaram. A letra do *Projecto de abertura...* presente no códice que aqui estudamos não é de Vilares, nem sua assinatura bate com as presentes nos documentos por ele redigidos que tivemos contato³⁸, incluindo o pedido de abertura do comércio com as Índias de Castela sobre o qual já falamos aqui. Em verdade, o documento não tem assinaturas, mas somente os nomes corridos de seus signatários, por tratar-se de uma cópia. A partir de seu texto escrito, José Custódio desenha um mapa daquela região, que encontra-se anexado ao *Projecto*, sendo sua última página, que serve de ampliação de um dos setores do mapa seguinte presente no mesmo códice, chamado *Demonstração Geográfica do Grande Rio da Madeira que tem o seu nascimento em Mato groço, e dezagua no R.º das Amazonas pela latitude de 3º e 25’*. Tal mapa, assim como o anexado ao *Projecto de abertura...* é feito com base no relato de terceiros, neste caso na viagem feita por José Gonçalves da Fonseca em 1749, a mando do rei³⁹.

³⁶ *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá: 1719-1830* (transcrição e sua organização Yumiko Takamoto Suzuki). Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007. p.60

³⁷ *Carta de João Batista Duarte, Vereador da Câmara da Vila de Cuiabá, informando estar em seu poder todos os papéis de Luiz Rodrigues Vilares*. Cuiabá, 13 mar.1769. 2p. Campinas: Siarq Unicamp (cm/SBH) Pi 537/23:218 P31

³⁸ Agradeço aqui ao colega Jean Gomes de Souza pela análise paleográfica dos documentos.

³⁹ FONSECA, João Gonçalves da. *Navegação feita da cidade do Gram Pará até à bocca do Rio da Madeira [1749]*. Collecção de noticias para a historia e geografia das nações ultramarinas, que vivem nos dominios portuguezes, ou lhe são vizinhas, Lisboa, v. 4, n. 1, 1826. [Academia Real das Sciencias]

É muito provável que D. Luis Antônio de Souza Botelho Mourão tenha levado, quando de sua partida de volta ao Reino, o códice em questão para Portugal, que deve ter sido herdado por seu filho, a quem diz a primeira página, pertenceu o dito códice. Não sabemos como se deu sua arrumação, ou se foi feita por um dos dois Morgados de Mateus. São hipóteses em aberto que pretendemos provar até o período final da pesquisa em andamento. O que sabemos é que, durante um período de dificuldades financeiras, a Casa de Mateus se desfez de alguns de seus livros, vendendo-os para as casas especializadas no comércio desse tipo de artefato. Assim chegou à Casa Maggs Bros, assumindo o *status* de mercadoria, de onde foi trazido de volta ao Brasil pelo bibliófilo Félix Pacheco. Deixa de ser uma instrução, um documento de reconhecimento de domínios ou suporte para desenho de um engenheiro profissional, mas ganha um novo *status* como parte integrante de uma Biblioteca Brasileira. Torna-se item de um colecionador.

Félix Pacheco acreditava que a reunião de documentos sobre o Brasil deveria ser feita para a “[...] indagação das nossas origens, e explicação perfeita da evolução de nosso povo através das idades.”⁴⁰ Ele, como outros que fizeram em sua época essa mesma busca por manuscritos brasileiros, no interior do país e fora dele, entendiam – como obrigação particular e do próprio Estado brasileiro – a necessidade de se reunir, ler, interpretar e preservar a documentação histórica, que permitiria responder diversas questões sobre a história do Brasil e de seus habitantes. É nesse contexto que sua coleção particular é vendida para a Prefeitura de São Paulo. Desde então se encontra sob guarda da Biblioteca Municipal, hoje chamada Mario de Andrade.

Conclusão

O *Projecto de abertura...* foi escrito inicialmente com a função de garantir aos sertanistas signatários a legitimação da exploração – tanto de minérios como para diferentes tipos de trato comercial – da região de nascente dos rios Jauru e Guaporé. Sabendo se tratar de conhecido local de minas de ouro e diamantes, os comerciantes que o elaboraram queriam ter domínio sobre esse ponto estratégico, que anos mais tarde serviu de ponto para a definição dos limites dos domínios americanos das Coroas ibéricas. Vimos que o documento teve sua função alterada conforme circulou nas mãos de diferentes pessoas, através do rastreamento de sua trajetória desde a confecção, no Brasil colonial do século XVIII, passando por Portugal, até retornar, no século XX, ao país de origem.

Quando não mais em posse de seus signatários iniciais, chegando ao poder dos administradores reais, deixou de ser um documento particular e tornou-se um documento estratégico para reconhecimento e comprovação da posse portuguesa do sertão mato-grossense. Em seguida, quando lido por um engenheiro, serviu de base para trabalhos

⁴⁰ PACHECO, Félix, *Op. Cit.*, p. 2.

cartográficos, função que também foi a sua inicial, visto que Luis Rodrigues pedia a um de seus colegas que usasse seus conhecimentos para produzir uma versão inteligível do documento. Então ficou sob a guarda de uma das Casas nobres de Portugal. Quase dois séculos após sua redação original, passou a ter o valor de artefato histórico, enquanto cultura material, e de fonte histórica enquanto acerca de seu conteúdo. Hoje, é utilizado como objeto de estudo para compreender a circulação de manuscrito no Brasil colonial da época em que foi escrito. Cada leitor que teve contato com o *Projecto de abertura...* fez sua própria significação do objeto e de seu conteúdo.

Artigo recebido em 25/01/2019 e
aprovado para publicação em 13/06/2019